



II Simpósio de Pesquisa do Ecosistema Ânima:

Juntos pelo Conhecimento: um novo saber cria um novo amanhã

POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL

Venício da Silva Montalvão¹

Caio César Medeiros Pianta²

Dra. Kathiana Pfluck Arend³ (orientadora);

Resumo

A presente produção tem como objetivo, através de pesquisa bibliográfica, analisar de modo comparado as políticas sociais dos governos Lula-Dilma-Temer 2002 – 2018 e do governo Bolsonaro 2018 – 2022 a fim de contribuir com a produção do conhecimento acerca das características essenciais e particulares das políticas sociais no Brasil. A pesquisa foi realizada no período de março a julho de 2023 no banco de dados Scielo.

Introdução:

No mundo, as primeiras iniciativas consideradas como protoformas das políticas sociais estão localizadas na passagem do século XIX para o século XX. Behring e Boschetti (2011), afirmam que não se pode indicar com precisão um período de surgimento das primeiras iniciativas reconhecíveis de políticas sociais pois, como processo social, elas se gestaram a partir de uma confluência de movimentos na história, a saber: a ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial, as lutas de classe e o desenvolvimento da intervenção estatal. A sua origem, portanto, é comumente associada aos movimentos de massa social-democratas e ao estabelecimento dos estados-nação na Europa Ocidental do final do século XIX, mas sua generalização situa-se na passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, em especial após a 2ª Guerra Mundial.

Há, especialmente no Serviço Social, uma vasta literatura que se propõe a compreender a política social em sua totalidade. Diversas abordagens, embasadas na teoria crítica, buscam, desde a totalidade histórica, compreender os fundamentos da política social, seu nascimento, suas contradições. É fundamental compreender também as políticas sociais em sua forma e conteúdo,

¹ UniFG (Bahia), montalvaoacademico@gmail.com

²USJT, Mooca, ccmediros8@gmail.com

³ FADERGS, kathiana.arend@animaeducacao.com.br



propondo uma análise comparativa desde a sua historicidade – universal e particular - e entre governos. Objetiva-se com este estudo compreender se há diferenças entre as políticas sociais – seus objetivos e sua implementação – desde a forma de intervenção de cada governo nas expressões da questão social. A pesquisa é de fundamental importância para a produção de conhecimento da área e para compreender o alcance dos direitos garantidos na Constituição de 1988. É sabido que as políticas sociais, no que tange “às requisições da ordem monopólica, tem sua funcionalidade inequívoca” (NETTO, 2011, p. 30). No entanto, é preciso compreendê-la, daí um ponto fundamental deste estudo, em sua totalidade histórica, como processo social (BEHRING, BOSCHETTI, 2011), que a situa em uma arena de disputas também as lutas dos trabalhadores. Por isso pretende-se realizar uma incursão histórica e examinar com minúcia as políticas sociais propostas e realizadas no período 2002-2022.

Palavras-chave: Política social; Brasil; Particularidades.

Métodos:

Para contemplar o objetivo específico exposto foi realizada pesquisa bibliográfica nos bancos de dados Scielo e Portal de Periódicos da Capes. Foram selecionadas produções dos últimos 10 anos que contemplem a temática política social. Conforme Gil, a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos e tem como vantagem principal a de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente (2007 p. 44-45). Os descritores utilizados foram: “política social” AND Brasil; (“política social”) AND (“capitalismo dependente”); “política social” AND “governo Lula”; “política social” AND “governo Dilma”; “política social” AND “governo Bolsonaro”.

Resultados e Discussões:

O surgimento da política social no Brasil não é simultâneo ao surgimento das políticas sociais nos países de capitalismo central. Até 1887 não se registra, no Brasil, nenhum tipo de legislação social. De acordo com Behring e Boschetti (2011) em 1888 há a criação de uma caixa de socorro para a burocracia pública, fato que inaugura o que as autoras denominam de uma dinâmica categorial de instituição de direitos que será a tônica da proteção social brasileira até os anos 60 do século XX. Entre 1889 e 1891 houve algumas iniciativas, dentre elas a primeira legislação de proteção à



infância, que nunca foi cumprida, o que segundo a análise das autoras confirma uma tendência de distância entre a intenção e a operacionalização no que se refere à legislação social brasileira.

A passagem para o século XX demarca um momento importante no que se refere às lutas dos trabalhadores no Brasil, formam-se os primeiros sindicatos e em 1907 é reconhecido o direito de organização sindical. Até aqui as legislações estavam centradas no trabalho e nos trabalhadores, especialmente, nos trabalhadores imigrantes. A análise de Behring e Boschetti sobre a política social refere que o ano chave para a compreensão da política social brasileira no período subsequente é o ano de 1923 quando é aprovada a Lei Eloy Chaves, que instituiu a obrigatoriedade de criação de Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs) para algumas categorias estratégicas de trabalhadores. As CAPs junto com os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) foram as formas originárias da previdência social brasileira. Outro marco importante é a criação em 1927 do Código de Menores que tinha um conteúdo claramente punitivo, que só veio a ser alterado em 1990 com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Os marcos sinalizados são de fundamental importância para a compreensão da política social no Brasil. Outros, após esses, ainda são de fundamental importância, como o capítulo da Seguridade Social que consta na Constituição Federal. A hierarquização de categorias de trabalhadores e um forte traço seletivo e punitivista constituem as raízes das políticas sociais.

No período mais recente, de aproximadamente 30 anos para os dias atuais, um elemento parece fundamental para compreensão da política social no Brasil, que é a implementação do neoliberalismo no país. Diferente de certo número de países, que nos 70 e 80 do Séc. passado já haviam experimentado políticas neoliberais, no Brasil isso ocorreu apenas nos anos 90, com a eleição de Fernando Collor (Martuscelli, 2012). Segundo Martuscelli (2012 apud MÉDICI; MARQUES; SILVA, 1995), “(...)através do Projeto de Reconstrução Nacional e dos diagnósticos e instrumentos voltados para a política social, o Governo Collor impôs uma visão assistencialista ao sistema de proteção social do país, contrariando, dessa maneira, a tendência de ampliação dos direitos universais expressa no período anterior, principalmente, com a Constituição de 1988.”

O modo de vida capitalista está passando por diversas transformações nas áreas da sociedade. No início do século houve a abertura do capital para diversas empresas, nela o Estado tem encontrado margem para a redução de direitos trabalhistas. O neoliberalismo fomenta o mercado, mas não o social. Desta forma o que vemos no Brasil é um movimento de concentração para captar os recursos e submetê-los ao capital, promovendo as massas um sistema ultraliberal de consumo e capital, sem direitos básicos do trabalho, onde quem produz, nem sempre pode comprar.



Desse modo, a investigação a respeito da política social após esse período deve propor-se a responder, antes de mais nada, se foi rompido aquele padrão de política social característico do neoliberalismo. Daí poder-se-á responder, por exemplo, como a política social, ainda que mantendo uma visão assistencialista, mudou nos governos Lula e Dilma. Ela, numa visão assistencialista, alcançou mais pessoas? Ou teve mudança de qualidade? Quais? Estes são, portanto, questionamentos que levantamos para compreender a particularidade da política social brasileira.

Conclusões:

É possível concluir que a trajetória das políticas sociais não se altera ou se distancia substantivamente das suas raízes. Trata-se de uma trajetória permeada de avanços e retrocessos. Uma das principais conquistas no que se refere à proteção social no Brasil é a promulgação em 1988 da Constituição Federal e, com ela, a instituição da seguridade social. E como um imenso retrocesso ainda recente pode-se citar a Emenda Constitucional 95 de 2016 que estabeleceu o Novo Regime Fiscal - NRF no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, o qual vigorará por vinte exercícios financeiros. Ainda que política social não se reduza somente às políticas de seguridade social, estas são uma importante referência que precisa ser considerada ao se falar também em características da proteção social brasileira e se trata de um ponto-chave da análise em curso. As discussões da pesquisa ainda são preliminares, portanto, demarcaram-se aqui apenas alguns pontos e períodos-chave para a análise da proteção social brasileira.

Referências:

BERINGH, E. R. BOSCHETTI, I. Política Social Fundamentos e História. São Paulo: Cortez, 2011.

MARTUSCELLI, D. E. A transição para o neoliberalismo e a crise do Governo Collor. IN: BOITO, JR. GALVÃO, A. (orgs.) Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000. (orgs.) São Paulo: Alameda, 2012.

CHOMSKY, Noam. Quem manda no mundo? São Paulo: Planeta, 2017.

HARVEY, David. O neoliberalismo: História e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008. Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc. – Rio de Janeiro – Vol. 16 – n. 1 – JAN-ABR 2023

FOMENTO

O trabalho teve a concessão de Bolsa pelo Programa Pró-ciência - ânima educação.

II SIMPÓSIO DE
PESQUISA DO
ECOSSISTEMA ANIMA

JUNTOS PELO CONHECIMENTO:

...um novo saber cria um novo amanhã.

